

POLEMICA AVÁ-GUARANI

Adeafi e sua proposta reacionária e legalista

A Adeafi (Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu) continua insistindo com a sua proposta colonialista sobre a questão "terra" para os Avá Guarani, comunidade indígena assentada no município de São Miguel do Iguaçu, em 231 hectares da faixa de segurança do Lago Itaipu.

A proposta (leia ao lado) foi apresentada no final do 'Seminário Avá-Guarani - 499 anos de Luta pela Sobrevivência', realizado no sábado passado em São Miguel e organizado pelo Conselho Regional de Leigos (CRL-S2), Ciml (Conselho Indígena Missionário) e Facisa/U-

nioeste. A entidade não participou de todo o encontro, chegou no seu final, e perdeu a oportunidade de se inteirar sobre a questão do índio e os 500 anos de história da América Latina.

Mas de proposta mesmo, das duas laudas datilografadas, só tem um parágrafo. E qualquer pessoa mais esclarecida dentro da questão do índio, repudia a tese "adeafiana", o que fez a plenária do seminário, e principalmente os Avá-Guarani. "Se você presta para alguém, eu não sei, mas para mim e para os Avá-Guarani, você não presta", disse o índio Agostinho Martins ao tesoureiro da

Adeafi, o popular Carlinhos "Boca Livre".

Antes mesmo de entrar no 'corpo' da proposta, vale a pena comentar a 'exposição de motivos' da Adeafi. A entidade diz que acompanha a "grave situação dos Avá-Guarani desde 86". Porque será que somente em 90 fez denúncia na imprensa sobre os cortes de árvores na reserva, patrocinada por Itaipu e a Funai. Não considerando também os motivos que levaram aos índios a tomar tal atitude?

A entidade se arvorava também em ter fechado a estrada do colono no Parque Nacional do Iguaçu. Na verdade, a Adeafi pode até ter participado em conjunto com demais entidades ambientalistas do Paraná e Brasil contra o possível asfaltamento desta estrada pretendida pelo Governo do Estado. O fechamento foi decisão de uma liminar da Justiça e todos os ambientalistas devem ficar de olho aberto porque o processo ainda corre. A Adeafi prefere fechar os olhos e dar volta no próprio

umbigo.

Agora em relação a proposta da Adeafi, não existe nada de tão novo assim. A entidade até devia copiar a proposta da Itaipu na íntegra. Além de criar peixes em tanque redes e capivaras no cercado, a binacional pretendia implantar um reflorestamento de eucaliptos, serraria, eletrificação da aldeia, posto telefônico, criação de galinhas e outras coisas mais. Só faltou propor aos índios guaranis, um computador para fazer um melhor controle no estoque dos animais criados.

Propostas como essas, revelam um total preconceito com a cultura e costumes de uma comunidade diferente do modo de vida do branco. É a mesma coisa que dizer que o índio é vagabundo e preguiçoso. Se desrespeita as suas raízes, seu meio de vida e sua visão de mundo. É querer que o índio fique igual ao branco. Isso, vem se fazendo nos nossos quinhentos anos de história, proporcionando um dos maiores genocídios da humanidade, matando cerca de 10 mil índios por ano no Brasil. A Adeafi com sua estreiteza respalda todo o discurso de extermínio das nações indígenas. (ZB:)

PROPOSTA DA ADEAFI

Diante da grave situação dos Avá-Guarani acompanhada pela Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu-ADEAFI, desde 1986, a entidade apresentou ao Encontro promovido pelo Conselho Regional de Leigos, Ciml e Facisa, (voltado para a busca de solução definitiva para os membros desta reserva indígena, sábado em São Miguel do Iguaçu, esta proposta alternativa às já divulgadas pelos promotores do evento.

Desde que surgiu em 1986/87 a proposta de assentar os Avá no Parque Nacional do Iguaçu a ADEAFI se mostrou contrária, por se confrontar ao Código de Parques Nacionais. Também porque o Parque Nacional do Iguaçu é Patrimônio da Humanidade, declarado pela ONU/UNESCO após a ADEAFI ter conseguido fechar a Estrada do Colono no trecho intangível da reserva, através da Justiça Federal e porque a presença humana é incompatível com o ecossistema da maior reserva fluvial subtropical do mundo, cuja finalidade é preservar a fauna e flora para gerações e estudos futuros.

Porém a ADEAFI defende melhor qualidade de vida para os silvícolas e sempre procurou formas para poder atender as solicitações dos Avá-Guarani, tanto que levou à reserva o Juiz Federal Edgar Lippmann Júnior e o Procurador da República Clemerson Merlin Cleve, fato que resultou numa liminar condenando Itaipu e Funai a dar assistência e atender as reivindicações dos indígenas expostas através das lideranças ao Judiciário. Formou-se uma Comissão para solucionar o problema envolvendo vários órgãos, dos quais alguns ficaram responsáveis em localizar uma área de terras com cobertura florestal nativa de cerca de 1500 hectares, conforme solicitam os Avá sob a alegação de que possuíam reserva com estas dimensões em Jacutinga antes da formação do reservatório, só que até agora não

foi localizada uma gleba de terras nestas proporções nesta região e a alegação é que existe.

Diante disto a ADEAFI faz uma nova proposta, mesmo que esta esteja totalmente fora das expectativas da comunidade Avá, hoje voltada para o Parque Nacional do Iguaçu, que o Ibama garante que não permitirá.

Os Avá-Guarani estão às margens do lago binacional há quase dez anos. A área de reserva é pequena para a sobrevivência dos silvícolas. Diante disso a ADEAFI vê como possível, alternativa a Itaipu Binacional ampliar a reserva, conforme a exigência dos Avá, cedendo terras da própria "Faixa de Proteção Permanente" e ou até adquirindo áreas lindas de matas em Ocoi e após, titulando em nome da reserva e executando demarcações sólidas lindas.

Feito isso Itaipu Binacional, através da diretoria de Coordenação, implantaria cativéis no lago e na reserva para as famílias Avá criarem peixes e animais silvestres, como por exemplo capivaras, que se adaptaram e se reproduzem muito bem na região. Também reflorestará com matas nativas e frutas silvestres e regionais a reserva, além de ceder meios necessários aos silvícolas para desenvolverem cultivos de subsistência nos locais definidos para este fim, inclusive auxiliando as famílias indígenas na manutenção necessária durante o período de implantação e adaptação dos silvícolas à realidade da reserva, já que por exemplo não terá a caça solta nas matas, mas procriada em cativéis.

Essa proposta da ADEAFI não extingue as ações anteriores já acionadas pela entidade. Está sendo sugerida neste Encontro como uma forma viável de ver os Avá numa área de 1500 hectares, aonde já estão habituados, devido órgãos como ITCF e Funai alegarem não existir uma reserva nestas dimensões na região para assentamento dos indígenas, conforme clamam e a ADEAFI se posicionou desde 1986 ao lado da comunidade Avá-Guarani na luta por melhores dias. Caso a proposta encontre eco a ADEAFI imediatamente acionará os meios legais para sua concretização.

GAZETA DO IGUAÇU FONE
REDAÇÃO 72.3518

ETROLAR
Refrigeração
PEÇAS E SERVIÇOS
ORIGINAIS

**Refrigeradores
Condicionadores
Máquinas de
lavar roupa
Forno de
Microondas**

Rua Alm. Barroso, 421
Fones: (0455) 74-5300
74-4689 - Foz do Iguaçu

**ABP
TELECOMUNICAÇÕES**

- Antenas parabólicas
- Antenas coletivas residenciais
- Centrais telefônicas PABX, BAFIK
- KS Daruma & Siemens

NOITE COUNTRY

Na Korppus Discoteque de Sta. Terezinha de Itaipu dia 18.10.91.
Promoção da Ekipekente com a Griffe do Chitãozinho e Choroó.



TELECOMUNICAÇÕES

- Antenas parabólicas
- Antenas coletivas residenciais
- Centrais telefônicas PABX, BAKIK
- KS Daruma & Siemens

curso de exte m i lo
das nações indígenas.
(ZBA)

tes dimensões em Jacutinga
antes da formação do reser-
vatório, só que até agora não

habituação, devido órgãos co-
mo ITCF a Funai alegarem não
existir uma reserva nestas di-
mensões na região para assen-
tamento dos indígenas, con-
forme clamem e a ADEAFI se
posicionou desde 1986 ao lado
da comunidade Avá-Guarani na
luta por melhores dias. Caso a
proposta encontre eco a ADEA-
FI imediatamente acionará os
meios legais para sua concreti-
zação.

NOITE COUNTRY

Na Korppus Discoteque de Sta.
Terezinha de Itaipu dia 18.10.91.
Promoção da Ekipekente com a Griffe
do Chitãozinho e Chororó.

POLEMICA AVÁ-GUARANI

Adeafi e sua proposta reacionária e legalista

A Adeafi (Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu) continua insistindo com a sua proposta colonialista sobre a questão "terra" para os Avá Guarani, comunidade indígena asentada no município de São Miguel do Iguaçu, em 231 hectares da faixa de segurança do Lago Itaipu.

A proposta (leia ao lado) foi apresentada no final do "Seminário Avá-Guarani - 499 anos de Lula pela Sobrevivência", realizado no sábado passado em São Miguel e organizado pelo Conselho Regional de Leigos, Cimi e Facisa, (voltado para a busca de solução definitiva para os membros desta reserva indígena, sábado em São Miguel do Iguaçu, esta proposta alternativa às já divulgadas pelos promotores do evento.

noeste. A entidade não participou de todo o encontro, chegou no seu final, e perdeu a oportunidade de se inteirar sobre a questão do índio e os 500 anos de história da América Latina.

Mas de proposta mesmo, das duas laudas datilografadas, só tem um parágrafo. E qualquer pessoa mais esclarecida dentro da questão do índio, repudia a tese "adeafiana", o que fez a plenária do seminário, e principalmente os Avá Guarani. "Se você presta para alguém, eu não sei, mas para mim e para os Avá Guarani, você não presta", disse o índio Agostinho Martins ao tesoureiro da

Adeafi, o popular Carlinhos "Boca Livre".

Antes mesmo de entrar no 'corpo' da proposta, vale a pena comentar a 'exposição de motivos' da Adeafi. A entidade diz que acompanha a "grave situação dos Avá-Guarani desde 86". Porque será que somente em 90 fez denúncia na imprensa sobre os cortes de árvores na reserva, patrocinada por Itaipu e a Funai. Não considerando também os motivos que levaram aos índios a tomar tal atitude?

A entidade se arvorava também em ter fechado a estrada do colono no Parque Nacional do Iguaçu. Na verdade, a Adeafi pode até ter participado em conjunto com demais entidades ambientalistas do Paraná e Brasil contra o possível asfaltamento desta estrada pretendida pelo Governo do Estado. O fechamento foi decisão de uma liminar da Justiça e todos os ambientalistas devem ficar de olho aberto porque o processo ainda corre. A Adeafi prefere fechar os olhos

umbigo.

Agora em relação a proposta da Adeafi, não existe nada de tão novo assim. A entidade até devia copiar a proposta da Itaipu na íntegra. Além de criar peixes em tanque redes e capivaras no cercado, a binacional pretendia implantar um reflorestamento de eucaliptos, serraria, eletrificação da aldeia, posto telefônico, criação de galinhas e outras coisas mais. Só faltou propor aos índios guaranis, um computador para fazer um melhor controle no estoque dos animais criados.

Propostas como essas, revelam um total preconceito com a cultura e costumes de uma comunidade diferente do modo de vida do branco. É a mesma coisa que dizer que o índio é vagabundo e preguiçoso. Se desrespeita as suas raízes, seu meio de vida e sua visão de mundo. É querer que o índio fique igual ao branco. Isso, vem se fazendo nos nossos quinhentos anos de história, proporcionando um dos maiores genocídios da huma-

PROPOSTA DA ADEAFI

Diante da grave situação dos Avá Guarani acompanhada pela Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu-ADEAFI, desde 1986, a entidade apresentou ao Encontro promovido pelo Conselho Regional de Leigos, Cimi e Facisa, (voltado para a busca de solução definitiva para os membros desta reserva indígena, sábado em São Miguel do Iguaçu, esta proposta alternativa às já divulgadas pelos promotores do evento.

Desde que surgiu em 1986/87 a proposta de assentar os Avá no Parque Nacional do Iguaçu a ADEAFI se mostrou contrária, por se confrontar ao Código de Parques Nacionais. Também porque o Parque Nacional do Iguaçu é Patrimônio da Humanidade, declarado pela ONU/UNESCO após a ADEAFI ter conseguido fechar a Estrada do Colono no trecho intangível da reserva, através da Justiça Federal e porque a presença humana é incompatível com o ecossistema da maior reserva fluvial subtropical do mundo, cuja finalidade é preservar a fauna e flora para gerações e estudos futuros.

Porém a ADEAFI defende melhor qualidade de vida para os silvícolas e sempre procurou formas para poder atender as solicitações dos Avá Guarani, tanto que levou a reserva o Juiz Federal Edgar Lippmann Júnior e o Procurador da República Clemerson Meilin Cleve, fato que resultou numa liminar condenando Itaipu e Funai a dar assistência e atender as reivindicações dos indígenas expostas através das lideranças no Judiciário. Formou-se uma Comissão para solucionar o problema envolvendo vários

foi localizada uma gleba de terras nestas proporções nesta região e a alegação é que inexistia.

Diante disto a ADEAFI faz uma nova proposta, mesmo que esta esteja totalmente fora das expectativas da comunidade Avá, hoje voltada para o Parque Nacional do Iguaçu, que o Ibama garante que não permitirá.

Os Avá Guarani estão nas margens do lago binacional há quase dez anos. A área de reserva é pequena para a sobrevivência dos silvícolas. Diante disso a ADEAFI vê como possível, alternativa a Itaipu Binacional ampliar a reserva, conforme a exigência dos Avá cedendo terras da própria "Faixa de Proteção Permanente" e ou até adquirindo áreas lindas de matas em Ocoi e após, titulando em nome da reserva e executando demarcações sólidas lindas.

Feito Isso Itaipu Binacional, através da diretoria de Coordenação, implantaria cativeiros no lago e na reserva para as famílias Avá criarem peixes e animais silvestres, como por exemplo capivaras, que se adaptaram e se reproduzem muito bem na região. Também reflorestará com matas nativas e frutas silvestres e regionais a reserva, além de ceder meios necessários aos silvícolas para desenvolverem cultivos de subsistência nos locais definidos para este fim, inclusive auxiliando as famílias indígenas na manutenção necessária durante o período de implantação e adaptação dos silvícolas à realidade da reserva. Já que por exemplo não terá a caça solta nas matas, mas proclama em cativeiros.

GAZETA DO IGUAÇU FONE
REDACÃO 72.3518



Refrigeração
PEÇAS E SERVIÇOS
ORIGINAIS

**Refrigeradores
Condicionadores
Máquinas de
lavar roupa
Forno de
Microondas**

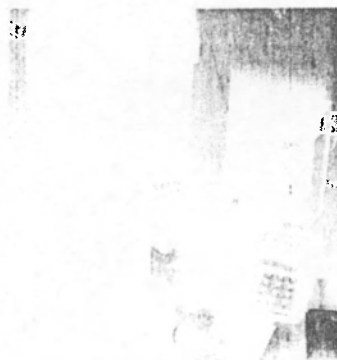
Rua Alm. Barroso, 421
Fones: (0155) 74-5300

REFRIROLAR
Refrigeração
PEÇAS E SERVIÇOS
ORIGINAIS



Condicionadores Máquinas de lavar roupa Forno de Microondas

Rua Alm. Barroso, 421
Fones: (0155) 74-5300
74-4689 - Foz do Iguaçu



Antenas residenciais

ABP TELECOMUNICAÇÕES

- Antenas parabólicas
- Antenas coletivas residenciais
- Centrais telefônicas PABX, BA-
TIK
- KS Daruma & Siemens

lo Governo do Estado. O fechamento foi decisão de uma liminar da Justiça e todos os ambientalistas devem ficar de olho aberto porque o processo ainda corre. A Adeafi prefere fechar os olhos e dar volta no próprio

vida e sua visão de mundo. É querer que índio lique igual ao branco. Isso, vem se fazendo nos nossos quinhentos anos de história, proporcionando um dos maiores genocídios da humanidade, matando cerca de 10 mil índios por ano no Brasil. A Adeafi com sua estreiteza respalda todo o discurso de extermínio das nações indígenas. (ZBM)

o o Procurador da República Clemerson Merlin Clevo, fato que resultou numa liminar condenando Itaipu e Funai a dar assistência e atender as reivindicações dos indígenas expostas através das lideranças ao Judiciário. Formou-se uma Comissão para solucionar o problema envolvendo vários órgãos, dos quais alguns ficaram responsáveis em localizar uma área de terras com cobertura florestal nativa de cerca de 1500 hectares, conforme solicitam os Avá sob a alegação de que possuem reserva com estas dimensões em Jacutinga antes da formação do reservatório, só que até agora não

subsistência nos locais definidos para este fim, inclusive auxiliando as famílias indígenas na manutenção necessária durante o período de implantação e adaptação dos silvícolas à realidade da reserva. Já que por exemplo não terá a caça solta nas matas, mas proclama em cativéis.

Essa proposta da ADEAFI não extingue as ações anteriores já acionadas pela entidade. Está sendo sugerida neste Encontro como uma forma viável de ver os Avá numa área de 1500 hectares, aonde já estão habituados, devido órgãos como ITCF e Funai alegarem não existir uma reserva nestas dimensões na região para assentamento dos indígenas, conforme clamam e a ADEAFI se posicionou desde 1986 ao lado da comunidade Avá-Guarani na luta por melhores dias. Caso a proposta encontre eco a ADEAFI imediatamente acionará os meios legais para sua concretização, porque provar que está ao lado das minorias indígenas já passou com ações

NOITE COUNTRY

Na Korppus Discoteque de Sta.
Terezinha de Itaipu dia 18.10.91.
Promoção da Ekipekente com a Griffé
do Chitãozinho e Chororó.

Entrada: 3000 - Masculino: Cr\$ 1500,00

ESTADUAL

O ESTADO DO PARANÁ

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 15 DE

16

Entidades querem solução para avás-guarani

Os 200 componentes da tribo avás-guarani, estão preocupando entidades, que querem solução para os problemas dos silvícolas

Adelmo Müller

Foz do Iguaçu (Sucursal) — Oito entidades diferentes sentaram ontem numa mesma mesa no Ecomuseu de Itaipu em Foz do Iguaçu, para buscar alternativas quanto a sobrevivência da última tribo dos índios Avás Guaranis, de pouco mais de 200 componentes, assentados, após o enchimento do reservatório binacional, em 238 hectares de área da Faixa de Proteção Permanente do lago, na localidade de Ocói, em São Miguel do Iguaçu, distante 55 quilômetros desta fronteira. Ao final criou-se uma comissão para, dentro de 30 dias, apresentar propostas definitivas, inclusive apontando áreas de metas nativas onde os indígenas possam ser assentados.

Fernandes, que se que, com a finalidade "indenizações", que "gas" por Itaipu. Quando Itaipu Avás Guaranis nas margens do lago famílias e dois só mais estavam dispostos a representar da C leira Justiça e Paz D'Angelis. Hoje mais de 200 componentes assentados onde possam sob o comando de Edgar Ligacatando denúncias de associação de Defesa Ambiental de Foz denou Itaipu e Irem alimentação dica aos silvícolas brado ontem pe República, Den a reunião. Contando com a Funai, ITCF missão Brasileira e OAB/Foz do a comissão, que conhecer as condições dos Avás uma avaliação

“Índios devem ocupar Parque” - avalia Seminário

“Nós queremos a terra que existe, a caça e a pesca, que é o Parque Nacional do Iguaçu. Porque é a região do Guarani só pra viver o jeito do Índio Ava-Guarani”, foi esta a proposta principal defendida pelos Ava-Guarani no Seminário que discutiu uma ação coordenada entre entidades ambientalistas e órgãos na defesa da demarcação de terra dos últimos guaranis da fronteira.

“O mínimo que queremos é 1.500 hectares ou mais, nós queremos que resolva logo porque já estamos 12 anos na luta nessa área no meio de doença. Se nós esperarmos a criança vai morrendo” continua a transcrição literal do documento final aprovado no seminário que foi realizado neste sábado passado (12/10), data do “descobrimento” da América, por Cristóvão Colombo.

“Por isso que nós

queremos sair logo. Por isso que nós vimos pedindo apoios para entrar no Parque (Nacional do) Iguaçu. Nós queremos que vocês apoiem os Ava-Guarani”, diz o trecho final do documento. Os Ava querem permanecer na terra que “historicamente é ocupada pelos índios. O Parque Nacional do Iguaçu é uma das poucas reservas que não quer aceitar o Índio como integrante da natureza”, avalia Ney Afonso Chassot, coordenador do Conselho Regional de Leigos, um dos órgãos que promoveu o encontro.

Pelo lado dos brancos que participaram do ‘Seminário Ava-Guarani - 499 de luta pela sobrevivência’, realizado no município de São Miguel do Iguaçu, foi tirado também um documento. “Criação de uma comissão composta por órgãos governamentais, não governamentais e

Índios da área (e suas organizações) para identificar e delimitar uma área de terra dentro dos atuais limites do Parque Nacional do Iguaçu, em favor da Comunidade Indígena Ava-Guarani, não sendo esta área inferior a 1,0% da área total do parque”, essa foi uma das propostas dos brancos.

As outras duas propostas aprovadas foram: “que a área a ser demarcada garanta a dignidade de vida de acordo com o modo de ser guarani” e a criação de “um comitê para prosseguir na avaliação dos 500 anos do descobrimento da América, e a resistência dos povos ameríndios na sua luta pela sobrevivência”.

O encontro teve a participação de cerca de 100 pessoas entre estudantes e professores da Facisa, sindicalistas e integrantes das diversas pastorais da Igreja Católica. Dois funcionários da Itaipu, Segurança Física, participaram do encontro meio como espiões da empresa, segundo acusou um dos sindicalistas presentes no seminário. (ZBM)



As mulheres Ava, conservam a cultura com a dança.

Proposta da Adeafi é repudiada

A proposta da Adeafi (Associação de Defesa Ambiental de Foz do Iguaçu) foi repudiada pelos Ava-Guarani e pelos participantes do Seminário. Segundo a Adeafi, os Ava devem continuar nos 231 hectares da atual reserva que faz parte da faixa de segurança do Lago de Itaipu. E naquele local, os índios deveriam fazer criação de capivaras e de peixes no reservatório do lago.

“Se você presta para alguém, eu não sei. Mas para mim e para os Ava-Guarani, você não presta”, disparou o Índio Ava, Agostinho Martins, para o tesoureiro da Adeafi que defendeu a proposta. “As águas do Lago estão comendo a nossa reserva e você desconhece o que é ser um Índio Guarani. Se você está para apoiar os guaranis, nós aceitamos. Agora se você só quer atrapalhar, pode ir embora”, terminou Agostinho Martins.

A Adeafi considera que caso os guaranis venham a ocupar o Parque Nacio-

nal, val abrir precedentes para futuras invasões e que os próprios índios venham depredar o parque. “Nos 500 anos de história, os chamados civilizados acabaram com grande parte da natureza desta região. Os índios nasceram aqui e viviam perfeitamente integrados à ela. Precisou de 500 anos para que os brancos descobrissem que não podem viver sem a natureza. Os índios já sabiam disso há mais de dois séculos”, avaliou Flaldemir Santana, do Sindicato dos Urbanitários.

No encontro foi votado também uma moção de repúdio a proposta da Adeafi. “Esta entidade precisa avançar na sua avaliação na questão do Índio. Vem com propostas que avallam a prática genocida da Itaipu Binacional. Enquanto isso faz vistas grossas com a depredação na área de visitação do Parque Nacional do Iguaçu”, finalizou Flaldemir Santana.



A Prefeitura de Foz do Iguaçu está realizando uma ampla pesquisa sobre a comunidade indígena, com o objetivo de identificar as necessidades e prioridades para a implementação de projetos de desenvolvimento social e econômico.



O pai guarani, Aleixo Bogado.



LAVAGEM
TROCA DE ÓLEO
LUBRIFICAÇÃO
BORRACHARIA

AUTO POSTO PARANÁ

Av. Paraná, Esq. Xavier da Silva
Fone: 74-4601

POSTO GOMES

Av. Brasil, Esq. Rui Barbosa
Fone: 72-3728
FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ

ATENÇÃO

Desfrute já desta tecnologia nos postos
AUTOMATIZADOS.

Notas Fiscais que garantem confiabilidade, segurança, precisão, rapidez, hora do abastecimento e o nome das empresas cadastradas, evitando fraudes e rasuras.

ATENÇÃO!

Agora preenchimento de cheque
eletronicamente

A comunidade decide a prioridade



A Prefeitura de Foz do Iguaçu está realizando uma ampla pesquisa para saber quais obras são prioridade para nossa cidade. E você pode participar. Através do voto. É fácil, retire cédulas de votação na Prefeitura, Casa do Ingresso, Escolas, Creches, Postos de Saúde, Supermercados e assinale a obra que você considera prioridade para nossa cidade. Participe. Ajude a fazer Foz cada vez melhor para todos nós.

ATE 31 DE OUTUBRO



Luta judicial envolvendo área indígena caminha a bom termo

Está chegando a bom termo a luta judicial começada pela Procuradoria da República no Paraná, destinada a dar tranquilidade aos índios "avaguarani" que habitam a região de Ja-

cutinga Ocof, em São Miguel do Iguaçu. De acordo com o procurador Ciemerson Martin Cléva que assinou a petição da ação civil pública contra a Funai, Ibama e Itaipu Binacional, to-

dos os pedidos formulados estão sendo atendidos mesmo estando a disputa jurídica em momento de liminar.

Isso significa que a área está sendo devidamente guardada pela Polícia Militar do Estado a fim de evitar o desmatamento, que os marcos foram recolocados nas divisas correspondentes aos 253 hectares a que a Secretaria de Saúde está destinando o tratamento para os doentes especialmente os afetados pela malária. Também vêm sendo destinados cuidados de alimentação e acompanhamento social e ainda mais, o Instituto de Terras Cartografia e Florestas (ITCF) já seleciona terras entre 1.000 a 1.500 hectares para a relocação dos indígenas compensando as que perderam com a invasão das águas do longo de Itaipu.

O PROCESSO

De acordo com o juiz Tadeu H. Rose, que nestas áreas litorâneas responde pelas veras de Londrina e Foz do Iguaçu, o processo de nº 871018/82-2 (antigo ere nº 1.573) foi

colocado à disposição da autora para as contra-argumentações às referências feitas pelo Ibama, Funai e Itaipu Binacional. Ciemerson destacou a proposta que a Procuradoria da República já está devolvendo o documento à origem, tudo levando a crer que a decisão do juiz titular aconteça ainda nos próximos meses.

Este empreendimento jurídico em favor dos indígenas que estavam enfrentando problemas sérios de subsistência na reserva provisória de São Miguel do Iguaçu, despertou a atenção da Procuradoria no início do ano passado após seguidas denúncias. Após a abertura do processo o juiz titular do feito acabou concedendo liminar atendendo aos pedidos formulados. Já a Funai iniciou o cumprimento das ordens judiciais, a pesar de ter parado carta feita, voltou a ser obrigada pelo juiz, sem que tivesse havido qualquer interrupção até agora. A partir de agora a maior esperança é encontrar uma área de terras onde ficará instalada a nova reserva que vai assegurar a continuidade da nação "avaguarani".

Avá-guarani querem ir para Parque do Iguaçu

Montezuma Cruz
Da sucursal de Foz do Iguaçu

Os índios avá-guarani, expulsos da Área de Jacutinga, devido à formação do Lago de Itaipu, estão numa encruzilhada histórica: no seminário Avá-guarani 499 anos de luta pela sobrevivência, realizado há poucos dias no Salão Paroquial de São Miguel do Iguaçu, a 40 quilômetros de Foz, eles reiteraram o desejo de ocupar terras inferiores a 1 por cento do Parque Nacional do Iguaçu. No encontro, porém — que reuniu ambientalistas e entidades religiosas como o Conselho Regional de Leigos e Conselho Indigenista Missionário — os índios se depararam com outras propostas feitas por brancos, confundiram-se e, mais uma vez, foram observados em gestos e palavras por dois funcionários do Serviço de Informações da Itaipu Binacional.

Uma antiga proposta da binacional, a de transferir-lhes para a divisa Paraná-São Paulo, foi novamente combatida. "Lá não tem mais caça, só taquara. Aqui nós acostumamos com nossos filhos, nosso pai; lá, até branco não vai se acostumar" — desabafou Cassimiro Guarani. Os índios ocupam hoje a reserva de Santa Rosa do Ocoi, às margens da hidrelétrica, em São Miguel do Iguaçu, numa área técnica de 241 hectares. Em sua futura área, eles pretendem plantar produtos essenciais como mandioca, milho e batata.

Os participantes se dividiram em relação à proposta feita pela Adeafi — Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu, para que Itaipu entregue aos índios uma área de 1.500 hectares com matas. O documento assinado pelo presidente da entidade, Adélmo Müller, foi rechaçado diante das argumentações de estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas, militantes políticos e integrantes do Conselho Indigenista Missionário. A maioria concluiu que os depauperados Avá-guarani "herdeiros naturais dos primeiros habitantes de toda a região, inclusive do Parque Nacional do Iguaçu, que só existe desde 1939", efetivamente têm direito à reintegração de posse nesta única floresta remanescente na área.

Hoje os índios não conseguem mais caça suficiente, enfrentam a malária e outras doenças graves, as mesmas que anteriormente não se manifestavam no Extremo-Oeste paranaense. Estão cercados por lavouras de soja, bebem água suja e remexem até depósitos de lixo deixados por brancos próximos ao território ao qual foram confinados em 82.

A proposta da Adeafi chegou a provocar irritação nos organizadores do seminário. É que a entidade sustenta que "madeiras nobres estão sendo derrubadas e

vendidas pelos indígenas, orientados por madeireiros e carvoeiros, como aliás ocorreu na reserva de Santa Rosa do Ocoi. Pela legislação, não pode haver exploração de espécie alguma nos Parques Nacionais, onde a prioridade é a manutenção do ecossistema". A Adeafi fala ainda em "consequências futuras imprevisíveis".

Agostinho Guarani, um dos mais esclarecidos líderes dos aproximadamente 300 índios remanescentes da tribo que originalmente vivia em São Miguel, tentou esclarecer na reunião que a visão ambientalista "está longe da vontade e da responsabilidade do índio". "Nós precisamos de uma área que não sofra influência externa. Esta é a proposta ideal. Para que dar peixe aos Avá? Para que separá-los da mata, que sempre foi a sua razão de vida? O branco não tem o direito de misturar a gente com agrotóxicos despejados por colônias que não estão nem aí com a situação das nossas mulheres e dos nossos filhos" — ressaltou Agostinho, fazendo alusão à gestão da Adeafi de ensinar ao grupo a criação de capivaras e peixes em cativeiro numa suposta área de 1.500 hectares que a

Itaipu lhes transferiria. "Só estamos pedindo o nosso direito, porque índio não é criança!", esbravejou. "Estamos bebendo água suja todo dia, e só quem está fora da aldeia não sabe mesmo o quanto estamos sofrendo".

Outros guarani lembram que até hoje "o Lago destrói". Exemplificaram: quando há ventania forte, aparecem em suas casas restos de veneno e outras substâncias espalhadas por toda a área, principalmente no período de formação e colheita de lavouras. Os buracos vão aumentando a cada dia, proliferam nas beiras do mato e, à falta de ambiente próprio, os índios já se transformaram em autênticos bóias-frias, sujeitos a choques culturais e ao desrespeito do branco.

Numa tentativa de conciliação entre Igreja, Itaipu, Adeafi e índios, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário em Foz, Milton Vitorassi, sugeriu o assentamento dos Avá-guarani na parte tangível do Parque do Iguaçu, no território abaixo das Estradas das Cataratas. Apesar de velho conhecido dos índios, o esforço de Vitorassi pouco contribuiu para a mudança das discussões.



Os Avá-guarani elaboram documento reivindicando um pedaço do Parque

Pela proposta final, os participantes do seminário mantiveram a intenção de interceder junto ao Governo Federal, a fim de garantir aos índios um espaço no Parque Nacional do Iguaçu. Argumentos, afinal, não faltam: o documento elaborado no encontro lembra que os índios foram expulsos de suas terras, não tiveram atendidas suas reivindicações e viram desrespeitados os direitos sobre seu território, apesar de esta garantia constar da Constituição Federal. No documento, chama-se atenção, ainda, para a cultura e etnia dos Avá-guarani e para o fato de serem hoje "patrimônio do Paraná".

O Conselho de Leigos vem empenhando para fazer chegar aos gabinetes de Brasília e da ONU "a realidade dos Avá-guarani". "A afirmação de que eles não são índios e sim aculturados é infundada" — reforçaram os representantes da entidade, com base em estudos da Associação Brasileira de Antropologia. O Conselho também bate acusações de que os promovem desmatamentos e voca declaração registrada no Cartório Distribuidor em São Miguel (agosto de 90) e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, a qual denuncia o nêscio da Fural, Itaipu e madeireiros. O Ministério Público comprovou o fato: madeireiros entraram na área indígena e trilharam o quanto puderam, levando uma miniera aos Avá-guarani. "Eu nem sabia med madeira" — disse Pedro Alcântara, chefe de uma das aldeias, acusado de seu povo derrubar a mata. "Cortamos algumas, é verdade, mas para dar lugar ao roçado, milho — explicou. Já os madeireiros pagaram-lhes, na época, Cr\$400,00 metro cúbico

Uma história de promessas e injustiças

Desde outubro de 1990, os Avá-guarani aguardam o cumprimento de uma liminar da Justiça Federal, para que a Funai realmente exerça o seu papel de tutora, distribuindo-lhes gêneros alimentícios regularmente, da mesma forma como procede em outras regiões do País. Também é dessa data um conjunto de ações do Ministério Público propostas contra o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (para que fiscalize com rigor a exploração da madeira), Itaipu Binacional (cobrando-lhe uma solução definitiva) e Funai (pela desassistência).

A assembleia de índios e leigos, em São Miguel, tocou nessa chaga que se aprofunda cada vez mais. O cacique Inocêncio Costa Guarani recordou que ao norte de Santa Rosa do Ocoi, onde eles se encontram atualmente,

foram feitas sucessivas derrubadas de árvores para serrarias e carvoarias da região. "Os agricultores desrespeitaram nossos limites e foram entrando do jeito que acharam certo. Entraram até com tratores e plantaram nas nossas terras. As capivaras comeram nossas plantações, deixando a gente bem pobre" — afirmou, com a voz embargada.

O ex-julgado federal em Foz, Edgar Lippman, visitou pessoalmente a área indígena, constatando a retirada da madeira por produtores de carvão de Santa Rosa. Foi então que o procurador da República Cleverton Merlin Cleve determinou a abertura de inquérito para apurar responsabilidades. Anunciou-se, na época, rigorosas punições e indenizações judiciais. Afinal, os índios invadidos pelas águas da hidrelétrica precisavam con-

servar a área que lhes fora dada. Sensibilizado, o juiz mandou determinar ainda "a criação correta da reserva".

De lá para cá, pouco ou nada mudou. A Itaipu aproveitou da eterna crise na Funai, cerco promovido pelos agricultores à área de confinamento dos Avá-guarani, para fugir ao seu remanejamento. Só que tentativa de transferi-los para uma área semi-deserta e, finalmente, à sua maneira de viver, esbarrou em forte resistência da Igreja e de entidades ambientalistas.

Os participantes do seminário, em São Miguel, acertaram com o professor Edison Belo, da UFRJ, a criação de um comitê de discussão dos 500 anos de descobrimento da América (com os índios, 52), no qual seria criado o encaminhamento do problema indígena. (M.C.)

Índios Avá-Guarani vão ser transferidos pela Funai

Os índios Avá-Guarani, que foram desapropriados pela Itaipu Binacional e hoje vivem numa área de 251 hectares que pertence à União, no município de São Miguel do Iguaçu, pediram e já têm proposta da Funai de transferência para outro local. Uma, das cinco áreas com 1.500 hectares apresentadas pela Funai, deverá ser escolhida pelos Avá-Guarani. O líder do grupo, cacique Fernando Martinez, visitou os terrenos, que ficam em locais diferentes, mas não deu nenhuma resposta.

Segundo a Funai, que lidera as negociações, as áreas são particulares e a Itaipu Binacional, em conjunto com a União, se compromete a comprar o terreno, que será transformado em reserva indígena, de uso exclusivo dos Avá-Guarani. Assim que houver um acordo e os índios de outras tribos podem ocupar a área.

Denúncia

O Centro Heleno Fragoso pelos Direitos Humanos e a Comissão de Justiça e Paz denunciaram que os Avá-Guarani estão passando fome e muitos estão doentes por falta de assistência dos órgãos competentes. A Funai rebate, lembrando que até 1.986 os índios que estavam muito ligados à Igreja não aceitavam ajuda e, inclusive, agrediram alguns funcionários do órgão que foram à reserva para auxiliá-los.

A situação mudou depois que as dificuldades aumentaram. Os índios, hoje em dia, aceitam a ajuda da Funai, que mantém um funcionário fora da reserva para eventual atendimento a eles. Também estão à disposição dos índios um médico e uma equipe da Superintendência do Controle da Malária-Sucam.

Entidades querem solução para avás-guaranis

CARCANTA DO DIÁRIO

Os 200 componentes da tribo avás-guaranis, estão preocupando as entidades que querem solução para os problemas dos silvícolas.

Adelmo Müller

Foz do Iguaçu (Sucursal) — Oito entidades diferentes sentaram ontem numa mesma mesa no Ecomuseu de Itaipu, em Foz do Iguaçu, para buscar alternativas quanto a sobrevivência da última tribo dos índios Avás Guaranis, de pouco mais de 200 componentes assentados, após o enchimento do reservatório binacional, em 238 hectares de área da Faixa de Proteção Permanente do lago, na localidade de Ocóti, em São Miguel do Iguaçu, distante 55 quilômetros desta fronteira. Ao final criou-se uma comissão para, dentro de 30 dias, apresentar propostas definitivas, inclusive apontando áreas de metas nativas onde os indígenas possam ser assentados.

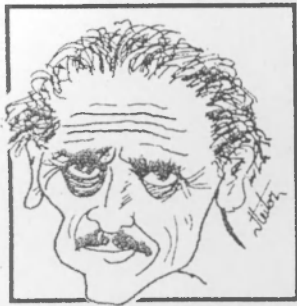
Os Avás alegam que possuem 1.500 hectares de matas nativas numa área de 6,5 mil alqueires "denominada Gleba 84", hoje totalmente submersa pelo lago binacional, formado em fins de 1982.

A reunião que contou com membros de Itaipu, ITCF, Funai, Cimi, Anai, Comissão Justiça e Paz, OAB e Procuradoria da República, começou brutal perseguição aos indígenas, sob a liderança do "bodegueiro" paraguaio Nicolau

Fernandes, que se intitulou caçador, com a finalidade de receber "indenizações" que seriam "pagas" por Itaipu.

Quando Itaipu assentou Avás Guaranis na atual "reserva" nas margens do lago, eram "no máximo" duas famílias e dois solteiros. Os outros mais estavam dispersos. Assiste representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, Wagner Rodrigues D'Angelis. Hoje a reserva tem mais de 200 componentes e até podem assentados numa outra área onde possam sobreviver, o juiz federal Edgar Lippmann Júnior, acatando denúncia feita pela Associação de Defesa a Educação Ambiental de Foz do Iguaçu, condenou Itaipu e Funai a "fornecer alimentação e assistência médica aos silvícolas", o que foi brado ontem pelo procurador da República, Deniso Túlio, durante a reunião.

Contando com representantes da Funai, ITCF, Itaipu, Cimi, Comissão Brasileira de Justiça e Paz e OAB/Foz do Iguaçu, formou-se a comissão, que tem 30 dias "para conhecer as expectativas e aspirações dos Avás Guaranis, fazer uma avaliação das necessidades reais do tamanho da área de terras nativas para fazer o assentamento definitivo dos indígenas e buscar áreas disponíveis". Os representantes do ITCF — Instituto de Terras e Cartografia do Paraná — já rastrearam sete áreas de reservas nativas, no Estado "todas particulares e destinadas a preservação permanente". Os representantes de Itaipu ficaram de estudar a viabilidade de adquirir área de terras com matas nativas que for definida.



De tudo um pouco

ADELMO MULLER

NOVA CUMBUCA

Na terça-feira o dono do Hotel Escala de Foz do Iguaçu passou a telefonar para órgãos de comunicação avisando que mais de 60 pessoas que vieram de várias cidades do nordeste brasileiro participar da 1ª Feira Nordestina, realizada com fracasso total no final de semana passado, na terceira pista da avenida JK, estavam "até passando fome no seu hotel" devido os promotores não estarem dando assistência e "inclusive estão sem condições de retornarem para suas cidades de origem", disse.

NOVA CUMBUCA II

Será que os cofres do município estão na eminência de terem que "patrocinar" nova "cumbuca" com os impostos suados pagos pelos contribuintes, como já ocorreu na mal fadada promoção do Acordes Cataratas em junho passado, quando a prefeitura teve que arcar com cerca de Cr\$ 100 milhões de prejuízos deixados pelos promotores relapsos. Esperamos que não, afinal dinheiro do município são verbas reunidas de impostos arrecados por todos através de tudo que é consumido. Outra coisa: administrar bem é empregar o dinheiro do povo em obras em prol dos munícipes e não cobrir "furos".

AVÁS

O Conselho Regional de Leigos, Facisa e Cimi organizou encontro em São Miguel, sábado, que resultou num "documento" onde caracterizar que será formada uma "Comissão para identificar e delimitar uma área de terras no Parque Nacional do Iguaçu não inferior a 1% da reserva superior a 170 mil hectares", destinada aos indígenas Avás Guarani, da reserva de Ocoí, São Miguel do Iguaçu, localizada às margens do lago de Itaipu, de aproximadamente 200 silvícolas. A proposta não encontra respaldo nas Leis e até dirigentes de entidades ambientalistas

AVÁS II

Esta "idéia" é de 1986/87, quando o Ibama garantiu que não iria permitir a invasão dos indígenas, lembrando estar contra o Código de Parques Nacionais e que reservas como o Parque da Monte Pascoal, na Bahia, já foi totalmente depredado por silvícolas que praticaram invasão. Logo após ter ido ao ar entrevistas dadas por membros do PT e Igreja, no Encontro, representantes de entidades como Cimi, Facisa ou Conselho de Leigos, foi solicitado cópia do diretor de jornalismo da TV Naipi. Isso significa que a direção do Ibama poderá "solicitar" abertura de inquérito policial na Justiça Federal por "incitamento à invasão de reserva federal" nos próximos dias.

AVÁS III

A Adeafi foi a entidade de preservação do ambiente que mais vem defendendo a reserva Avás. Em fins de 1989, quando estava ocorrendo depredação violenta na reserva de menos de 250 hectares onde eles foram assentados por Itaipu, denunciou madeireiros e carvoeiros à Justiça Federal. Além dos acusados, foram ouvidos membros dos órgãos responsáveis pelos indígenas e as próprias lideranças da Reserva. Meses após o Juiz Federal Edgar Lippmann Júnior deu liminar condenando Itaipu e Funai, - só que ate agora não foi encontrado na região uma área com 1.500 hectares, conforme exigem os silvícolas, "com matas, caça e pesca".

AVÁS IV

Diante disso, no sábado a Adeafi sugeriu, através de documentos, que Itaipu agregasse mais 1.250 hectares da Faixa de Proteção Permanente do Reservatório e área da reserva, e implantasse nela cativeiros para criação de peixes e capivaras, além de relictos dela com árvores frutíferas nativas e da região, bem como dar a subsistência da tribo durante período necessário. Porém um grupo do PT, denominado "convergência socialista", não permitiu que a proposta fosse lida em plenário e após, as menos de 30 pessoas, computando indígenas presentes ao encontro, "repudiaram" a proposta, optando pela "invasão

CONGESTIONAMENTO

A Ponte da Amizade vive congestionada nas horas de "rush", sábados, domingos e feriados. Fala-se na construção de nova ponte pela iniciativa privada ou reativar o porto clandestino que "funciona" nos fundos da Marinha, como também a utilização das pistas existentes na "crista" da barragem de Itaipu. Já o publicitário Silas Eduardo, da Dimensão Comunicação Visual, junto com este jornalista e o advogado Anthoni Basil Ritchie, apresentaram no final do ano passado projeto para implantar ligação de Foz a Ciudad del Este por helicóptero, que está para aprovação nos organismos federais do Brasil e Paraguai.

LINHAS INTERNACIONAIS

Motoristas de táxis e motos-guias estão sugerindo que se acabe com as linhas internacionais de ônibus circular que ligam Foz a Ciudad del Este, Paraguai e Puerto Iguaçu, na Argentina, porque poderia "ser ampliado para mais 500 táxis em Foz dos atuais 180 e cerca de mais mil novas Kombis de turismo, das aproximadas 400 que rodam hoje, dando muito mais emprego, já que com os ônibus que vivem lotados e faturam só meia-dúzia, alegam. Agora imaginem só como aumentaria o congestionamento na Ponte da Amizade, já que é justamente esta categoria é a que menos respeita o trânsito.

INCONCEBÍVEL

Ainda não deu para entender porque a Secretaria de Obras está fazendo mudanças na avenida Paraná, próximo a quadra onde está o Country Club, já que ali funciona o único retorno digno e da forma que as obras foram executadas, irá acontecer muitos outros acidentes mais graves que os já registrados. Foz merece obras necessárias e não iguais aquela. Ali não justifica e se for colocado "sinalizador" muita gente colocará a "boca-no-trombone", afinal existem muitas outras esquinas que realmente precisam este redutor de velocidade.

LIXO

A cidade de Foz do Iguaçu está virada num "grande lixo". Ruas sujas e depósitos clandestinos de

lixo existem em praticamente todos os bairros. É uma vergonha. República Argentina e Tibagi são duas ruas dos Campos do Iguaçu com o depósito de lixo, imaginem quantos outros depósitos existem. No final do conjunto libra I e II a rua está com apenas meia pista livre, devido o lixo ter tomado conta da outra pista. Além de difícil, ali existe um Jardim de Infância. Os pais das crianças temem a presença de cobras, aranhas e outros indesejados, e cobram do município a limpeza, porque todos arcam com impostos. Já da Sanepar exigem esgoto e o desintupimento das bocas de lobo.

ÁREAS VERDES

Ainda não deu bem para entender e até agora a Câmara de Vereadores ou Prefeitura Municipal divulgou como é feito os contratos com as famílias que a Secretaria de Ação Comunitária está assentando nas áreas verdes do Município, sob a alegação de que "é para evitar invasões desordenadas". Na área verde do Libra foi assentado um cidadão que veio de Francisco Beltrão, que usa energia do Jardim de Infância Passo Real, e até agora nada limpou na área verde que justificasse sua presença ali. Outra coisa, por quanto tempo é este contrato e a pergunta é a seguinte: este pessoal está consciente que terá que abandonar estas áreas no prazo, porque as áreas verdes pertencem aos moradores do loteamento e no caso do Libra, as quase mil famílias dali. Resposta aqui para a coluna senhor Carlos (Caio) Szadkowski.

COPEL/FOZ

Os jornalistas dificilmente denunciavam fatos pessoais, mas quando se tornam absurdos não resta outra alternativa. Residimos na rua Piquiri e possuímos o medidor número 893430236 da Copel. No mês de agosto pagamos Cr\$ 3.297,00 de energia, já a conta de setembro foi de Cr\$ 8.227,00, quando o consumo foi igual. Só mais uma coisa: faz sete meses que nasceu nossa filha caçula, e desde então nunca um funcionário medidor da Copel apareceu lá em casa. Algo está errado e esperamos reparação.



Os guaranis devem ocupar o parque? Reflita você mesmo

No dia 12 de outubro passado, foi realizado em São Miguel do Iguaçu, o Seminário "Avá-Guarani - 499 anos de luta pela sobrevivência". O encontro teve a participação do sociólogo Francisco Nunes da Pastoral do Trabalho de São Paulo, que abordou também sobre os "500 anos de descobrimento da América". Os companheiros Flaldemir Santana de Loreu, Adriano Bardou Martins e Ricardo Antonilo participaram do seminário.

O sociólogo contou como se processou um dos maiores genocídios da história. Quando Cabral "descobriu" o Brasil, mais de 5 milhões de índios habitavam as florestas brasileiras. Atualmente esse número não passa de 200 mil índios, o que dá uma média de 10 mil índios mortos por ano, nesses quase quinhentos anos da nossa história.

Desses 200 mil, 5 mil são guaranis e 200 deles estão condenados a extinção numa área inferior a 231 hectares num dos braços do Lago Itaipu no município de São Miguel do Iguaçu. Eles viviam numa área superior a 1.500 hectares e suas terras foram alagadas com a formação do reservatório da usina Itaipu.

A binacional assentou os guaranis nas margens do lago Itaipu e a sua área vem se reduzindo com o desbarrancamento provocado pelas águas do lago. A área que ocupam é uma faixa de 50 metros que faz parte da área de segurança do lago. Lá os índios morrem de malária, passam fome e vivem na miséria e penúria.

Eles reivindicam da Itaipu uma área na região de 1.500 hectares conforme as condições que viviam antes da formação do lago: uma terra boa, com mata e água limpa. Como não existe uma área com essas condições na região os guaranis reivindicam a ocupação de um por cento da área do Parque Nacional do Iguaçu que possui 17 mil hectares.

Esta foi a decisão do seminário contemplada pelos presen-



As últimas mulheres Avá-Guarani que ainda teimam em, sobreviver em São Miguel do Iguaçu

pelos Avá-Guarani e pelos presentes no seminário.

A proposta da Adeafi é uma cópia da proposta da Itaipu que querem que os guarani criem peixes em tanques-redes, desenvolvam a criação de capivaras e animais silvestres, além de serraria, eletrificação da aldeia e um posto telefônico. Só faltou sugerir um computador para que os índios façam o controle do estoque dos animais produzidos.

A princípio, essa proposta parece ser interessante. Mas revela a falta de interação da Adeafi e Itaipu na questão do índio. É uma proposta de branco que não leva em consideração os costumes e cultura do povo guarani. Os índios são diferentes, eles querem demarcação de uma área de terra para viver conforme as suas crenças, cultura e tradição.

Se só depois de 500 anos que o homem branco descobriu que se destruiu a natureza, ele vai estar acabando com o mundo e com a humanidade. Os índios viviam, e sempre: vivem, perfeitamente integrados a natureza sem destruí-la e ajudando na proteção das florestas. Nós, os brancos, que temos que aprender muito com os

Debate na Facisa

O sociólogo Francisco Nunes fez a mesma discussão (500 anos da América) na Facisa. O Sindicato dos Urbanitários novamente cedeu a sonorização para a realização do debate. No seminário "Avá-Guarani" foram criados também dois comitês: um de apoio a luta dos Avá-Guarani e outro de discussão sobre os 500 anos de "descobrimento" da América que

vai ser comemorado no dia 12 de outubro do ano que vem.

Já existem estudos que vão tentar quantificar o quanto de riquezas foram expoliadas da América durante o seu processo de ocupação. Mas esse valor deve ser mais de 100 vezes maior que a dívida externa de todos os países latino-americanos. Quem será que vai pagar? Os interessados em participar deste dois comitês é só procurar o companheiro Flaldemir Santana, no 22-1313 ramal 838.



FATIMA MIIRIAN BORTOT

Sem solução

diretoria da
am a se reu-
rancisco Bel-
iva, que está
calculada em
bilhões, foi
lo técnico de
ômica.

O estudo foi realizado pela
Ocepar e propõe que os mu-
nicípios que integram a coo-
perativa assumam a dívida. A
maioria da diretoria da Con-
frabel, no entanto, é a favor
do desmembramento.

Tropeços



rota, pensan-
o baú, aceita
elho de seten-
as exigiu um
cial. De pos-
los, levam ao
é primeiro o
ja:
ótimo. Deu
quer dizer

A.P.U.?

- Apta Para a União.

O médico, então, abre o
exame do velho e diz:

- O seu deu A.A.P.U.

- Oba, que bom! O meu é
melhor que o dela!- Calma, meu senhor.
A.A.P.U. significa "Apto
Apenas Para Urinar"!

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Despejados por Itaipu, 200
Avá-Guarani ainda aguardam
solução para falta de terra

A situação dos 200 indígenas avá-guarani, remanescentes dos que foram retirados de sua área original, alagada com a construção da barragem de Itaipu, e depois confinados numa faixa de 253 hectares, às margens da hidrelétrica, no município de São Miguel do Iguaçu, continua sem solução. Os índios não têm terra suficiente para aproveitar o solo, procuram emprego em fazendas vizinhas, onde trabalham como "bóias-frias" e ainda enfrentam sérios problemas de saúde, principalmente malária, e desnutrição.

Tais privações e dificuldades pelas quais vêm passando os avá-guaranis, motivaram o presidente do Centro Heleno Fragoso pelos Direitos Humanos, advogado Wagner Rocha D'Angelis, a encaminhar um pedido ao Procurador Geral da República no Paraná solicitando informações sobre os procedimentos decorrentes da medida liminar concedida pela Justiça Federal de Foz do Iguaçu em favor dos índios. A decisão da justiça aconteceu em função de uma Ação Civil Pública que a própria Procuradoria da República ajuizou no segundo semestre do ano passado.

A liminar em questão impõe obrigações à Funai, Itaipu e ao Ibama. Uma comissão interinstitucional foi formada então, para auxiliar no problema do atendimento às necessidades dos avá-guaranis. Algumas reuniões foram realizadas, mas até agora o impasse não foi resolvido. O último encontro do grupo de trabalho ocorreu em junho deste ano e desde então não houve mais nenhuma convocação por parte da Funai, órgão do governo a quem se atribui a coordenação dos trabalhos.

ITCF E ITAIPU

Também não há notícias recentes sobre as gestões do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF - do Governo do Paraná, organismo encarregado de realizar um levantamento das glebas que se enquadrem nas ca-

Fernando Xavier Ferreira, em correspondência datada de 10 de setembro deste ano, "entende ser da Funai a responsabilidade de administrar essas situações (questão da terra, principalmente), pois se trata de assuntos de sua atribuição e competência". No máximo, a empresa "se dispõe a estudar sua participação em programa da Funai" para o bem-estar dos índios.

Por sua vez, a Funai, desde junho vem tentando dividir com Itaipu as responsabilidades no atendimento do grupo avá-guarani, e propõe a elaboração de um termo de compromisso entre as partes, com o objetivo da cessão de uma nova área àquela comunidade indígena, assistência na saúde, educação e agricultura. Em seu pedido à Procuradoria Geral da República, Wagner D'Angelis, que é também o representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz na comissão formada para resolver a questão, esclarece também a preocupação e o empenho de inúmeras entidades para a superação dos problemas vividos pelos avá-guaranis.

Há dez anos, através de acordo com a Funai e a Itaipu Binacional, 27 integrantes daquela comunidade receberam a faixa de 253 hectares às margens do lago formado por Itaipu, onde hoje vivem 200 indivíduos. A erosão nas margens do lago, com o tempo reduziu a faixa de terra para 231 hectares apenas. Desde então, a situação dos avá-guaranis vem sendo denunciada pela Igreja e por entidades sensibilizadas. Depois da ação civil, o Centro Heleno Fragoso pelos Direitos Humanos e a Comissão de Justiça e Paz conseguiram fazer com que a Itaipu e a Funai aceitassem constituir uma comissão especial para tratar do caso.

Os avá-guarani aceitam a transferência para uma nova área, que, para as organizações não-governamentais, deve ser adquirida pela Itaipu Binacional.

CARTAS

LDB: HORA DA DECISÃO

As organizações do campo popular - sindicatos, associações, igrejas e entidades populares - aglutinam-se em torno do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública formado ainda durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Este Fórum participou em todos os momentos do debate sobre o tema Educação. Depois da promulgação da Constituição, em 1988, o Fórum logo se engajou na discussão do projeto da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). A votação desta matéria deverá ocorrer no mês de outubro e precisamos redobrar os esforços de mobilização para assegurar avanços.

O projeto formulado com a participação do Fórum, aprovado pela Comissão de Educação da Câmara no ano passado, avançava em muitos pontos. Assegurava a democratização da gestão do ensino público; qualificação e valorização do educador; e destinação de verbas públicas prioritariamente às escolas públicas. O repasse de recursos às escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas só seria admitido depois que o Poder Público atendesse plenamente os compromissos com a manutenção da sua rede.

A oposição contra o projeto da LDB partiu dos parlamentares defensores da privatização do ensino. São as mesmas forças que defendem a privatização da Previdência, da saúde, das catatas, enfim, de todos os serviços públicos. São contra a reforma agrária, distribuição de renda e direito de greve dos trabalhadores. Estas forças se sustentam basicamente no Bloco Parlamentar (PRN, PFL, PSC, PMN e PST), PTB, PDS e setores do PMDB.

O que os privatistas desejam suprimir do projeto da LDB são, entre outros, os seguintes pontos:

1. Criação democrática da educação.
2. Piso salarial nacionalmente unificado para o magistério; pagamento de 50% do trabalho extra-classe para o professor hora-aula;
3. Redução de duas horas na jornada de trabalho dos estudantes-empregados, sem redução do salário.
4. Aumento da contribuição de 2,5% para 3,5% do salário-educação.
5. Prioridade das verbas públicas para as escolas públicas.

No debate da LDB, como de resto em tudo o que tramita no Congresso, dois blocos de interesses antagônicos se confrontam. De um lado, o bloco privatista, conservador, que se coloca claramente contra o projeto elaborado com a participação da sociedade.

De outro lado, está o bloco daqueles que defendem os interesses identificados com a maioria da sociedade.

A nós, a maioria da sociedade, interessa uma LDB que caminhe na direção de democratização do ensino, que promova a universalização do ensino, combatendo o elitismo e abrindo as portas da universidade também para os filhos dos trabalhadores. Queremos uma lei que promova a valorização e qualificação profissional dos trabalhadores em educação. Uma lei que garanta a aplicação das verbas públicas nas escolas públicas, estancando o repasse de recursos públicos para escolas privadas.

Pedro Tinelli, é deputado federal (PT/PR), vice-líder da bancada do PT na Câmara.

Opinião

Os índios avás guaranis devem ocupar o Parque Nacional do Iguaçu?



SIM

1) Os Avá-Guarani são herdeiros naturais dos originais habitantes de toda esta região, (inclusive o Parque Nacional do Iguaçu, que só existe desde 1939), e por isso tem direito à reintegração de posse da única floresta remanescente na área.

a) Estudos antropológicos e arqueológicos existentes registram a "ocupação humana da área de Itaipu, abrangendo um período situado entre 6165 a.c. e 1020 d.c.", conforme declaração de Igor Chmyz, coordenador do Projeto Arqueológico Itaipu. Isto significa que esta civilização é anterior à época dos faraós egípcios, marco de antiguidade imposta à nossa cultura.

b) O Museu do Parque Nacional do Iguaçu exibe peças arqueológicas achadas dentro dos limites do Parque, que testemunham o domínio dessas terras antes de Colombo nascer. Assim também a lenda das Cataratas.

2) Foi alterado o eco-sistema da floresta do Parque Nacional quando os índios foram dizimados e expulsos. Os índios são reconhecidamente guardiões ecológicos da natureza.

3) Os Avá-Guaranis tem direito à vida, à vida na sua região de origem, à vida digna e dentro de seus padrões culturais, à vida na terra que his-



NÃO

A proposta do Conselho Regional de Leigos de assentar os silvícolas da reserva Avás-Guaranis no Parque Nacional do Iguaçu não encontra respaldo jurídico porque o Decreto Lei "Regulamento dos Parques Nacionais" proíbe terminantemente. Diante deste fator e exemplos nada recomendados de indígenas que invadiram reservas, praticando depredações, a ADEAFI - Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu, é totalmente contra a proposta dos Leigos e se coloca ao lado das Leis que dão prioridade à flora e fauna nas áreas intangíveis dos nossos poucos Parques Nacionais.

Um exemplo nada compatível com a proposta dos Leigos está no litoral da Bahia, no Parque Monte Pascoal, onde havia uma reserva indígena às suas margens e os silvícolas acabaram invadindo o Parque e hoje se constituem no maior problema devido à prática contínua de depredação da flora e fauna. Madeiras nobres estão sendo derrubadas e vendidas pelos indígenas, orientados por madeiros e carvoeiros, como aliás ocorreu na reserva dos Avás-Guaranis em Santa Rosa do Ocof.

toricamente lhes pertence.

4) A afirmação de que os Avá-Guaranis não são índios e são aculturados, é infundada, conforme estudo promovido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), efetuado por Edgard de Assis Carvalho, antropólogo, 1981 "Avá-Guarani do Ocof-Jacutinga".

5) A afirmação de que os Avá-Guaranis promovem desmatamento e o corte ilegal da madeira registrada no Cartório do Distribuidor nº 090, fl. 03, livro 01, S.M. Iguaçu 06/08/90, e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, registrado sob nº 3972, livro 69 (S.M.I.) oade denuncia o manuseio da FUNAI, ITAIPU e madeiros; fato este comprovado pelo Ministério Público Federal, em processo nº 1573 contra a venda pelo Ministério Público Federal, onde cita o item 18: "madeiros adentram no perímetro da reserva e extraem dela quanta madeira podem".

6) A cultura Avá-Guarani é um patrimônio da região e do Paraná.

7) Recentemente o governo da Venezuela adquiriu admiração internacional transformando o Território lanomami, por dois decretos, em "Reserva da Biosfera" e em "Parque Nacional". O inverso é aplicável em nosso caso: basta reconhecer o Parque Nacional do Iguaçu como Território Guarani, corrigindo um erro histórico de usurpação.

Documento elaborado pela Comissão Executiva do Conselho Regional dos Leigos do Paraná, em Foz do Iguaçu, a 10 de outubro de 1991.

Guaranis em Santa Rosa do Ocof.

Pela Legislação não pode haver exploração de espécie alguma nos Parques Nacionais, onde a prioridade é a manutenção do eco-sistema. Isso significa que o assentamento dos Avás Guaranis numa área limpa no Parque Nacional do Iguaçu também trará consequências imprevisíveis futuras.

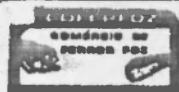
A Adeafi sempre defendeu os Avás Guaranis. Denúncia feita por esta entidade levou a Justiça Federal a condenar vários órgãos públicos a prestar o mínimo aos silvícolas de Ocof e está em andamento processo contra madeiros e carvoeiros que incentivavam a depredação dos menos de 250 hectares dos Avás. Porém a Adeafi defende a exigência dos indígenas, que cobram de Itaipu Binacional uma área de cerca de 1500 hectares, com matas, como forma de compensação pela área com estas dimensões que os Avá garantem que possuam na Gleba 84 antes da formação do reservatório binacional.

Adelmo Müller - Presidente da Adeafi

Nosso tempo

Propriedade da Editora Liberação Ltda - Rua Edmundo de Barros, 830 - Foz do Iguaçu
Fones: (0455) 72-1738 e 74-4691 - Telex 455-385 - Telex (0455) 72-1738

Diretores Proprietários:
Juvêncio Mazzarollo - Aluizio Ferreira Palmar



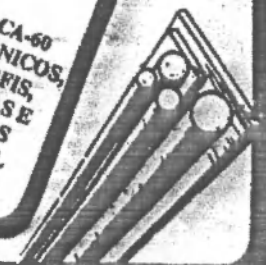
COFERFOZ

D. LOURENÇO & CIA. LTDA.

Comércio de Ferros Foz

RUA PORTUGAL, 160 - JARDIM DAS NAÇÕES - FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ
FONES: (0455) 73-1767 - 73-1365 - 73-1248

ACO CA-50, CA-60
FERROS MECÂNICOS,
ARAMES, PERFIS,
CHAPAS PRETAS E
GALVANIZADAS
AÇOS EM GERAL



Seminário discute Avã-Guarani

Os Avã-Guarani, comunidade indígena localizada no município de São Miguel do Iguaçu, vão ter um programa de "branco" neste sábado (12/10). É o "Seminário Avã-Guarani" - 499 anos de Luta pela Sobrevivência, encontro que vai fazer uma reflexão sobre o descobrimento da América (12/10/1492), servindo como pano de fundo para que os guarani encaminhem a principal reivindicação da comunidade: a demarcação de uma área de terra conforme as necessidades e cultura da tribo.

O seminário é organizado pelo Conselho Regional de Leigos (CRL), Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Unioeste/Facisa, e será realizado, das 9 às 18 horas, no Salão Paroquial da Igreja Católica de São Miguel. Na parte da manhã, depois de um histórico dos Avã, um painel com debates vai abordar os "500 anos de descobrimento da América". A questão "terra" para os Avã será discutida na parte da tarde. No final do encontro, os organizadores pretendem "tirar" um documento com as ações de como encaminhar melhor as reivindicações da comunidade indígena.

Dentre as propostas que serão encaminhadas pelos organizadores no encontro, uma é bastante polêmica. "Os índios Avã-Guarani devem ocupar o Parque Nacional do Iguaçu porque é a única reserva natural da região e historicamente ocupada por eles" defende o diretor do Conselho Regional de Leigos, Ney Afonso Chassot, que ressalta, "a

idéia de ocupar o Parque Nacional surgiu na comunidade Avã-Guarani, e o CRL só está respaldando o direito dos índios de ocuparem a terra que historicamente lhes pertence".

Essa proposta defendida pelo CRL promete esquentar o encontro. "Sou contra a idéia que os Guarani venham ocupar o Parque Nacional. Isso vai facilitar a depredação do parque e no futuro outros interesses vão reivindicar a ocupação de outras áreas dentro do Parque Nacional. Devemos sim, assegurar cada vez mais a proteção do parque contra os caçadores, pescadores e ladrões de palmitos", avalia por sua vez, o presidente da Adeafi (Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu), Adelmo Muller.

Há também propostas intermediárias sobre a questão da ocupação Parque Nacional do Iguaçu pelos índios. "Os Guarani poderiam ocupar uma área limítrofe ao parque com a criação de faixas de segurança ao redor dele. Nessa faixa, eles poderiam ter suas roças, suas criações e a integração ao parque poderá ser estudada com mais cuidado e critérios", afirma o diretor do Museu Mbororé, de Puerto Iguazú, Luiz Rolon, que compartilha em partes com o presidente da Adeafi, "é claro que uma ocupação agora pelos índios poderá ser um precedente para outras futuras invasões, as quais não poderemos controlar".

Todas essas idéias serão debatidas no encontro onde é esperada a participação dos índios

guaranis do Paraguai, Argentina e São Paulo, além da presença de estudiosos dos três países. "Convidamos as entidades ligadas às questões dos índios e do meio ambiente. Já temos a confirmação de pesquisadores nessas áreas e de outras pessoas que têm experiência sobre essas situações no local onde trabalham. O importante é encontrarmos uma forma de como melhor encaminhar toda a questão. Não importa onde será essa terra, mas temos que encontrar uma solução definitiva para a demarcação de uma área de terra para os Avã-Guarani", enfatiza o professor Edson Belo de Souza, da comissão organizadora.

"Essa terra

tem dono"

- Um pequeno histórico

Para quem não conhece, dos poucos cinco mil índios guaranis que ainda restam para contar história, 200 deles fazem parte da comunidade Avã-Guarani, uma das últimas reservas do lado de cá da fronteira, localizada em Santa Rosa do Ocoi, no município de São Miguel do Iguaçu.

A situação dos Avã-Guarani é considerada muito crítica pelos integrantes da comunidade. Eles passam por muitas necessidades, além da fome, miséria e doenças. A maioria dos Avã estão desnutridos, as crianças morrem por falta de aten-

Foto: Ney Souza



Crianças e mulheres doentes - é a realidade atual dos guaranis

dimento médico e grande parte da comunidade é obrigada ainda a trabalhar de bóia-fria para os colonos italianos e alemães da região.

Até o início dos anos 80, a situação dos Avã-Guarani era um pouco diferente. A tribo vivia na localidade de Jacutinga (extremo norte da antiga linha de divisa de Foz) numa aldeia com 1.500 hectares (ha) com mata e água. As terras foram alagadas com a formação do lago de Itaipu,

e a binacional transferiu os Avã para uma área com 231 hectares num braço do lago, onde hoje eles insistem em sobreviver. A atual reserva faz parte da faixa de segurança do lago cerca de 50 metros e vem sofrendo sucessiva redução devido ao desbarrancamento provocado pelas águas do reservatório, empurradas pelo vento. Além disso, a área é insuficiente para toda a comunidade plantar, observando o descanso dos terrenos utilizados

e quantidade de alimentos que é necessário produzir para a subsistência de cada família.

Um outro ponto crítico no Ocoi é a questão de saúde dos Avã. Crianças recém-nascidas morrem por falta de assistência e os integrantes da tribo apresentam várias doenças como a barriga d'água, malária, dermatoses, verminoses, conjuntivites, diarreias e gripes. Essas doenças, além de não serem tratadas adequadamente (a responsabilidade é da Funai - Fundação Nacional do Índio) deprimem muito a tribo, atrapalhando o trabalho na roça, trazendo dificuldades de subsistência, paralisando as atividades das crianças nas escolas.

Em 90, depois de denúncias feitas pela Adeafi na imprensa, devido ao corte de árvores na reserva o Juiz Federal, Edgar Lippmann Jr., concedeu uma liminar à ação movida pelo Ministério Público contra a Itaipu, Ithama e Funai. Nesta liminar, os três órgãos ficaram com a responsabilidade de dar uma solução ao problema da "terra" para os Avã, da fiscalização da reserva contra o desmatamento e da assistência aos índios.

A ação movida pelo Procurador da República, Clemerson Cleve, continua correndo na Justiça Federal de Foz do Iguaçu, e segundo os Avã-Guarani, a liminar não foi cumprida ainda pela Funai e Itaipu Binacional. "Precisamos e queremos uma área de terra bem maior conforme a nossa cultura, as nossas crenças e costume", aponta um dos líderes da tribo, o Avã Augusto Martins.

Pajelanças

Caso os Avã-Guarani encontrarem uma área de terra no município de São Miguel do Iguaçu, eles vão receber também parte dos royalties que a Itaipu Binacional está pagando aos municípios. Os guarani têm esse direito definido na lei orgânica de São Miguel, e vão receber dois por cento de cada cen-

tavo que o município vai receber de royalties da binacional.

São Miguel do Iguaçu é o município que vai receber o maior montante de pagamento dos royalties, entre as cidades que tiveram suas terras alagadas. Para os Avã, de acordo com a Divisão de Controle de Recursos Hi-

dricos (órgão do DNAEE), ligado ao Ministério da Infraestrutura, isto representa só com a parcela de janeiro/91, algo em torno de Cr\$ 3,6 milhões, já que na relação do DNAEE, São Miguel vai receber por este mês, a quantia de Cr\$ 180 milhões. O pagamento dos royalties da Itaipu tem um efeito retroativo.

O Guarani, o Português e a História

Um dos fatores que contribuíram para que os Avã-Guarani não perdessem suas características, nem a sua cultura, foi o ensino da língua Guarani, que é levada pelos professores da própria tribo. Além de aprender a ler e escrever em Guarani, eles aprendem uma outra língua que consideram funda-

mental no encaminhamento de suas lutas - o Português. "O cacique antigo não sabia ler e escrever em Português, por isso foi enganado fácil pela Itaipu Binacional", explica o índio-professor, Casemiro Centurion.

Os guaranis estão "aprendendo" também a história do Brasil. "Já temos claro na nossa cabeça de como foi o mas-

sacre dos portugueses, espanhóis em cima dos nossos antepassados. E também qual foi a história da ocupação da nossa terra pelos colonos gaúchos, alemães e italianos. Como eles chegaram aqui e quem os mandou. É preciso conhecer a nossa história para entendermos o nosso presente", explica Casemiro Centurion.

FATIMA MIRIAN BORTOT

Sem solução

diretoria da am a se reu-rancisco Bel-iva, que esta calculada em bilhões, foi lo técnico de ômica.

O estudo foi realizado pela Ocepar e propõe que os municípios que integram a cooperativa assumam a dívida. A maioria da diretoria da Confrabel, no entanto, é a favor do desmembramento.

Tropeços



rota, pensan-
o baú, aceita
elho de seten-
as exigiu um
ocial. De pos-
los, levam ao
é primeiro o
ça:
ótimo. Deu
quer dizer

A.P.U.?

- Apta Para a União.

O médico, então, abre o
exame do velho e diz:

- O seu deu A.A.P.U.

- Oba, que bom! O meu é
melhor que o dela!

- Calma, meu senhor.
A.A.P.U. significa "Apto
Apenas Para Urinar"!

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Despejados por Itaipu, 200 Avá-Guarani ainda aguardam solução para falta de terra

A situação dos 200 indígenas avá-guarani, remanescentes dos que foram retirados de sua área original, alagada com a construção da barragem de Itaipu, e depois confinados numa faixa de 253 hectares, às margens da hidrelétrica, no município de São Miguel do Iguaçu, continua sem solução. Os índios não têm terra suficiente para aproveitar o solo, procuram emprego em fazendas vizinhas, onde trabalham como "bóias-frias" e ainda enfrentam sérios problemas de saúde, principalmente malária, e desnutrição.

Tais privações e dificuldades pelas quais vêm passando os avá-guaranis, motivaram o presidente do Centro Heleno Fragoso pelos Direitos Humanos, advogado Wagner Rocha D'Angelis, a encaminhar um pedido ao Procurador Geral da República no Paraná solicitando informações sobre os procedimentos decorrentes da medida liminar concedida pela Justiça Federal de Foz do Iguaçu em favor dos índios. A decisão da justiça aconteceu em função de uma Ação Civil Pública que a própria Procuradoria da República ajuizou no segundo semestre do ano passado.

A liminar em questão impõe obrigações à Funai, Itaipu e ao Ibama. Uma comissão interinstitucional foi formada então, para auxiliar no problema do atendimento às necessidades dos avá-guaranis. Algumas reuniões foram realizadas, mas até agora o impasse não foi resolvido. O último encontro do grupo de trabalho ocorreu em junho deste ano e desde então não houve mais nenhuma convocação por parte da Funai, órgão do governo a quem se atribui a coordenação dos trabalhos.

ITCF E ITAIPU

Também não há notícias recentes sobre as gestões do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF - do Governo do Paraná, organismo encarregado de realizar um levantamento das glebas que se enquadrem nas características das necessidades exigidas pelos membros da comunidade indígena. Por outro lado, a Itaipu Binacional, através de seu diretor geral brasileiro,

Fernando Xavier Ferreira, em correspondência datada de 10 de setembro deste ano, "entende ser da Funai a responsabilidade de administrar essas situações (questão da terra, principalmente), pois se trata de assuntos de sua atribuição e competência". No máximo, a empresa "se dispõe a estudar sua participação em programa da Funai" para o bem-estar dos índios.

Por sua vez, a Funai, desde junho vem tentando dividir com Itaipu as responsabilidades no atendimento do grupo avá-guarani, e propõe a elaboração de um termo de compromisso entre as partes, com o objetivo da cessão de uma nova área àquela comunidade indígena, assistência na saúde, educação e agricultura. Em seu pedido à Procuradoria Geral da República, Wagner D'Angelis, que é também o representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz na comissão formada para resolver a questão, esclarece também a preocupação e o empenho de inúmeras entidades para a superação dos problemas vividos pelos avá-guaranis.

Há dez anos, através de acordo com a Funai e a Itaipu Binacional, 27 integrantes daquela comunidade receberam a faixa de 253 hectares às margens do lago formado por Itaipu, onde hoje vivem 200 indivíduos. A erosão nas margens do lago, com o tempo reduziu a faixa de terra para 231 hectares apenas. Desde então, a situação dos avá-guaranis vem sendo denunciada pela Igreja e por entidades sensibilizadas. Depois da ação civil, o Centro Heleno Fragoso pelos Direitos Humanos e a Comissão de Justiça e Paz conseguiram fazer com que a Itaipu e a Funai aceitassem constituir uma comissão especial para tratar do caso.

Os avá-guarani aceitam a transferência para uma nova área, que, para as organizações não-governamentais, deve ser adquirida pela Itaipu Binacional. Entretanto, para a mudança os índios querem pelo menos uma área de 1.500 hectares, com 40 a 50% de cobertura vegetal, não mecanizada e com boa aguada.

Os índios avás guaranis devem ocupar o Parque Nacional do Iguaçu?



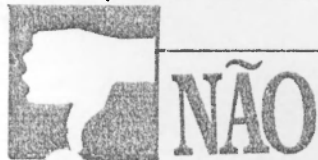
1) Os Avá-Guarani são herdeiros naturais dos originais habitantes de toda esta região, (inclusive o Parque Nacional do Iguaçu, que só existe desde 1939), e por isso tem direito à reintegração de posse da única floresta remanescente na área.

a) Estudos antropológicos e arqueológicos existentes registram a "ocupação humana da área de Itaipu, abrangendo um período situado entre 6165 a.c. e 1020 d.c.", conforme declaração de Igor Chmura, coordenador do Projeto Arqueológico Itaipu. Isto significa que esta civilização é anterior a época dos faraós egípcios, marco de antiguidade imposta à nossa cultura.

b) O Museu do Parque Nacional do Iguaçu exibe peças arqueológicas achadas dentro dos limites do Parque, que testemunham o domínio dessas terras antes de Colombo nascer. Assim também a lenda das Cataratas.

2) Foi alterado o eco-sistema da floresta do Parque Nacional quando os índios foram dizimados e expulsos. Os índios são reconhecidamente guardiões ecológicos da natureza.

3) Os Avá-Guaranis tem direito à vida, à vida na sua região de origem, à vida digna e dentro de seus padrões culturais, à vida na terra que his-



A proposta do Conselho Regional de Leigos de assentar os sílvcolas da reserva Avás-Guaranis no Parque Nacional do Iguaçu não encontra respaldo jurídico porque o Decreto Lei "Regulamento dos Parques Nacionais" proíbe terminantemente. Diante deste fator e exemplos nada recomendados de indígenas que invadiram reservas, praticando depredações, a ADEAFI - Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu, é totalmente contra a proposta dos Leigos e se coloca ao lado das Leis que dão prioridade a flora e fauna nas áreas intangíveis dos nossos poucos Parques Nacionais.

Um exemplo nada compatível com a proposta dos Leigos está no litoral da Bahia, no Parque Monte Pascoal, onde havia uma reserva indígena às suas margens e os sílvcolas acabaram invadindo o Parque e hoje se constituem no maior problema devido a prática contínua de depredação da flora e fauna. Madeiras nobres estão sendo derrubadas e vendidas pelos indígenas, orientados por madeireiros e carvoeiros, como aliás ocorreu na reserva dos Avás-

toricamente lhes pertence.

4) A afirmação de que os Avá-Guaranis não são índios e são aculturados, é infundada, conforme estudo promovido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), efetuado por Edgard de Assis Carvalho, antropólogo, 1981 "Avá-Guarani do Ocoí-Jacutinga".

5) A afirmação de que os Avá-Guarani promovem desmatamento é contestado pela declaração registrada no Cartório do Distribuidor nº 090, fl. 03, livro 01, S.M. Iguaçu 06/08/90, e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, registrado sob nº 3972, livro 69 (S.M.I.) onde denuncia o manuseio da FUNAI, ITAIPU e madeireiros; fato este comprovado pela Ministério Público Federal, em processo nº 1573 contra a venda pelo Ministério Público Federal, onde cita o item 18: "madeireiros adentram no perímetro da reserva e extraem dela quanta madeira podem".

6) A cultura Avá-Guarani é um patrimônio da região e do Paraná.

7) Recentemente o governo da Venezuela adquiriu admiração internacional transformando o Território lanomami, por dois decretos, em "Reserva da Biosfera" e em "Parque Nacional". O inverso é aplicável em nosso caso: basta reconhecer o Parque Nacional do Iguaçu como Território Guarani, corrigindo um erro histórico de usurpação.

Documento elaborado pela Comissão Executiva do Conselho Regional dos Leigos do Paraná, em Foz do Iguaçu, a 10 de outubro de 1991.

Guaranis em Santa Rosa do Ocoí.

Pela Legislação não pode haver exploração de espécie alguma nos Parques Nacionais, onde a prioridade é a manutenção do eco-sistema. Isso significa que o assentamento dos Avás Guaranis numa área limdeira ao Parque Nacional do Iguaçu também trará consequências imprevisíveis futuras.

A Adeafi sempre defendeu os Avás Guaranis. Denúncia feita por esta entidade levou a Justiça Federal a condenar vários órgãos públicos a prestar o mínimo aos sílvcolas de Ocoí e está em andamento processo contra madeireiros e carvoeiros que incentivavam a depredação dos menos de 250 hectares dos Avás. Porém a Adeafi defende a exigência dos indígenas, que cobram de Itaipu Binacional uma área de cerca de 1500 hectares, com matas, como forma de compensação pela área com estas dimensões que os Avá garantem que possuíam na Gleba 84 antes da formação do reservatório binacional.

Adelmo Muller - Presidente da Adeafi

Nosso
tempo

NOSSO TEMPO - Publicado desde 1980

Propriedade da Editora Liberação Ltda - Rua Edmundo de Barros, 830 - Foz do Iguaçu
Fones: (0455) 72-1738 e 74-4691 - Telex 455-385 - Telefax (0455) 72-1738

Diretores Proprietários:

Juvêncio Mazzarollo - Aluizio Ferreira Palmar